



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior) PEDAGOGO

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos** – **10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “*No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.*” (linha 4)
 - (B) “*Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...*” (linha 6)
 - (C) “*Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.*” (linha 8)
 - (D) “*E os olhos não são peixes ...*” (linha 18)
 - (E) “*Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”.* (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “*Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.*” (linha 5)
 - (B) “*O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.*” (linhas 11 e 12)
 - (C) “*...ela teria se afogado.*” (linha 17)
 - (D) “*E não se pode perguntar a um poema ...*” (linhas 31 e 32)
 - (E) “*Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...*” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “*Acontece que nós seres humanos sofreremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.*” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “A ciência também é um jogo de palavras.” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
- (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Sobre a concepção de infância, ao longo da história da educação, é correto afirmar que
- (A) com o advento da Modernidade desenvolve-se um sentimento voltado à infância, buscando estabelecer semelhanças entre crianças e adultos.
 - (B) um significado de infância, com o sentido que lhe é atribuído atualmente, passa a ser produzido na Modernidade em torno do século XX.
 - (C) as crianças, até meados do século XIX, não apresentavam relevância para o campo social, não se abordava a questão da infância como etapa da vida específica como se conhece hoje.
 - (D) pode-se encontrar referência à crescente preocupação com as crianças no decorrer do século XVIII, o que se constitui como condição de possibilidade para a produção de discursos sobre o papel das famílias e sobre a infância.
 - (E) um conceito de infância, com o sentido que lhe é atribuído na contemporaneidade, passa a ser produzido no Brasil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no início do século XXI.



- 22 Para a tendência progressista crítico-social dos conteúdos, o papel da escola é
- (A) exercer uma transformação radical na personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário, pretendendo com isso criar uma forma de resistências à burocracia.
 - (B) atuar nos espaços não formais e populares de educação, atingindo um nível de consciência crítica dessa realidade, por meio do qual o ser humano questiona sua relação com a natureza e com os demais homens e mulheres.
 - (C) preparar os alunos para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhes um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da sua socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.
 - (D) organizar o processo de aquisição de conhecimentos específicos por meio da aprendizagem, atitudes e habilidades instrumentais necessárias para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social globalizado.
 - (E) preparar o aluno para assumir seu papel na organização social, por meio da aquisição de conhecimentos intelectuais e morais, em que os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e, pelo seu próprio mérito, conquistar seu lugar junto aos mais capazes.
- 23 Sobre a Teoria Psicológica de Skinner, é correto afirmar que
- (A) a palavra-chave da sua teoria é interação, por isso ele é considerado sociointeracionista.
 - (B) a aprendizagem ocorre através de estímulos e significados, de modo que se torna construtivista.
 - (C) os comportamentos são obtidos punindo o comportamento não desejado e reforçando ou incentivando o comportamento desejado com um estímulo, repetido até que ele se torne automático.
 - (D) a aprendizagem concentra-se na aquisição de novos saberes a partir da experiência pessoal dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.
 - (E) o ensino é obtido quando o que precisa ser ensinado pode ser colocado sob condições de dúvidas e questionamentos, já que a verdadeira aprendizagem não se baseia em aprendizagens mecanizadas.
- 24 Sobre a teoria psicológica de Piaget, é correto afirmar:
- (A) Segundo o autor, a sua teoria behaviorista, de uma maneira geral, trata de um ponto de equilíbrio entre o estímulo e o condicionamento, e, assim, é considerada como um mecanismo autorregulador, necessário para assegurar à criança uma interação eficiente dela com o meio ambiente.
 - (B) Para Piaget, o desenvolvimento humano obedece a certos estágios hierárquicos, que decorrem do nascimento até se consolidarem por volta dos 16 anos. A ordem destes estágios seria invariável e inevitável a todos os indivíduos.
 - (C) Ele tem como ideia central da sua teoria a necessidade de o professor e os alunos conhecerem a estrutura de uma determinada área de conhecimento. Quando o aluno está acomodado com os conhecimentos já adquiridos, cabe ao professor propor-lhe dúvidas, motivando-o a descobrir por si mesmo os princípios.
 - (D) Para o teórico, o desenvolvimento é caracterizado pelo domínio progressivo de três formas de representação do conhecimento: ativa, icônica e simbólica. Em todas elas a estrutura principal de sua ideia se baseia no fato de que a aprendizagem é um processo ativo baseado em conhecimentos anteriores.
 - (E) Em sua unidade conhecida como Behaviorismo Radical, o autor é ainda muito popular, crescendo anualmente em relação ao número de estudiosos. Segundo ele, os fenômenos mentais devem ser discutidos como padrões de comportamento.
- 25 Constitui característica estruturante da teoria sociocultural de educação a seguinte:
- (A) Ter como base o processo de ensino no ensaio-erro, na pesquisa, na investigação e na solução de problemas, e é representada por Carl Rogers e seus seguidores.
 - (B) Aplicar a tecnologia educacional, especialmente os módulos instrucionais, destacando-se os pensadores behavioristas.
 - (C) Primar pelo estudo de comportamentos manifestos e mensuráveis, e seu maior representante é Skinner.
 - (D) Não levar em consideração o que ocorre dentro da mente do indivíduo durante o processo de aprendizagem, e seu maior representante é Bruner.
 - (E) Ser problematizadora da realidade, e seu expoente nacional se destaca na pessoa de Paulo Freire.



- 26 As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, em seu artigo 3º, definem como fundamento para as políticas públicas educacionais desse nível de ensino a garantia dos seguintes aspectos:
- (A) Cidadania e dignidade da pessoa humana.
 - (B) Qualidade social e meritocracia.
 - (C) Igualdade formal e equidade.
 - (D) Temas transversais e temas geradores.
 - (E) Educação formal e não formal.
- 27 De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, componente importante da legislação educacional, constituem características de um sistema de educação os seguintes princípios:
- (A) Interdependência e ação soberana.
 - (B) Centralização e descentralização.
 - (C) Gestão democrática e burocracia.
 - (D) Centralização e autonomia.
 - (E) Intencionalidade e organicidade.
- 28 No complexo legislativo da educação brasileira, ganha destaque a Resolução que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A aplicabilidade do conteúdo da referida norma deve ser observada pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira, a partir da seguinte proposição:
- (A) As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos de formação inicial de professores, ou seja, nas licenciaturas, a Educação das Relações Étnico-Raciais, não sendo necessário incluir a temática nos cursos de bacharelado.
 - (B) O não cumprimento das Diretrizes Curriculares referidas ocasionará primeiramente a elaboração de um termo de conduta pelo MEC para que o curso observe a obrigatoriedade da aplicabilidade do documento e, posteriormente, em não cumprindo as determinações do termo, acarretará a suspensão de ofertas de vagas no curso.
 - (C) O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.
 - (D) A observância dos termos das Diretrizes referidas é obrigatória somente para as Instituições Públicas de Educação Superior, constituindo aspecto de aplicabilidade facultativa das instituições privadas.
 - (E) As Diretrizes Curriculares em tela definem uma proposta de inserção de conteúdo da história indígena e afro-descendente com exclusividade na educação básica.
- 29 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em vigor, no que se refere à Educação Especial, é correto afirmar que
- (A) haverá, obrigatoriamente, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
 - (B) haverá, obrigatoriamente, serviços de apoio especializado, na escola especializada, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial da educação básica.
 - (C) o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, em substituição à escolaridade formal regular.
 - (D) entende-se por educação especial a etapa de educação escolar oferecida exclusivamente na rede regular de ensino das escolas de educação básica.
 - (E) haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
- 30 De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência
- (A) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.
 - (B) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
 - (C) a Base Nacional Comum Curricular.
 - (D) o Plano Nacional de Educação.
 - (E) os Parâmetros Curriculares Nacionais.



- 31 Sobre os profissionais da educação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor, é correto afirmar que o(a)
- (A) formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, oitocentas horas.
 - (B) preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, obrigatoriamente em programas de mestrado e doutorado.
 - (C) formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério não poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.
 - (D) acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e/ou licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado.
 - (E) Ministério da Educação não poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes.
- 32 Sobre os usos dos recursos financeiros destinados à educação, serão consideradas como gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a(à)
- (A) subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - (B) aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
 - (C) programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
 - (D) obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.
 - (E) pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão.
- 33 O Plano Nacional de Educação, ao deixar de ser uma disposição transitória na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e se tornar uma exigência constitucional, com periodicidade decenal, significa
- (A) a possibilidade de sua revogação antes do término de seu prazo.
 - (B) que planos plurianuais estaduais e municipais devem tomá-lo como referência.
 - (C) a desvinculação dos recursos do PIB para o financiamento da educação.
 - (D) a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial.
 - (E) a institucionalização do regime de colaboração entre os entes federados.
- 34 Sobre as previsões de oferta da educação a distância, de acordo com a legislação educacional vigente, é correto afirmar que o
- (A) Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, com exclusividade na educação básica.
 - (B) Poder Público, com necessário apoio da iniciativa privada, incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, somente no ensino fundamental e médio.
 - (C) Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, somente na educação superior e nos processos formativos de educação continuada.
 - (D) setor privado incentivará o poder público ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino a distância, somente na constituição dos itinerários formativos do ensino médio e na educação superior.
 - (E) Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.



- 35 De acordo com a Lei De Diretrizes e Bases da Educação em vigor, o tratamento destinado aos alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos é o seguinte:
- (A) Mesmo diante da comprovação do desempenho extraordinário do aluno à instituição, é vedada a abreviatura do seu curso, devendo somente apostilar as congratulações institucionais no verso do diploma definitivo do aluno.
 - (B) Considerando a premissa do tratamento isonômico previsto pela Constituição Federal, embora haja previsão da ocorrência do desempenho extraordinário, não há nenhum rito formal de tratamento diferenciado destinado ao aluno.
 - (C) Demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos.
 - (D) Diante da comprovação do desempenho extraordinário, via histórico escolar, constitui dever de ofício do coordenador do curso abreviar a sua duração ao estudante.
 - (E) Não há necessidade de outra comprovação formal do desempenho extraordinário além das notas ou conceitos registrados no histórico escolar do aluno.
- 36 Constitui uma meta estruturante do atual Plano Nacional de Educação
- (A) elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
 - (B) universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano.
 - (C) elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.
 - (D) valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
 - (E) ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.
- 37 Constitui uma das mais importantes inovações do Plano Nacional de Educação em vigor, em relação aos planos anteriores, a
- (A) sua promulgação por meio de Lei.
 - (B) institucionalização do Custo Aluno Amazônico.
 - (C) previsão do percentual do Produto Interno Bruto para o seu financiamento.
 - (D) institucionalização do regime de colaboração entre os entes federados.
 - (E) duração ampliada para 20 anos.
- 38 Constitui característica da universidade
- (A) ser uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior.
 - (B) possuir pelo menos dois terços do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.
 - (C) possuir mais da metade do seu corpo docente em regime de tempo integral.
 - (D) ser o lugar da produção científica privada.
 - (E) a inexistência de profissionais com titulação de especialista.
- 39 Sobre o notório saber, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor, é correto afirmar que
- (A) deve ser reconhecido por uma universidade com curso de mestrado ou doutorado em área afim.
 - (B) de forma alguma supre a exigência de um título acadêmico.
 - (C) somente em caráter precário pode suprir a exigência de um título acadêmico.
 - (D) deve ser reconhecido por uma universidade com curso de doutorado em área afim.
 - (E) pode ser reconhecido por qualquer instituição, já que não se processa a certificação.



- 40 Na educação superior, estão previstos cursos de quatro categorias, quais sejam, os
- (A) sequenciais, os de graduação, os de pós-graduação e os de extensão.
 - (B) de licenciatura, os de bacharelado, os de mestrado e os de doutorado.
 - (C) de graduação, os *lato sensu*, os *stricto sensu* e os de pós-graduação.
 - (D) técnicos profissionalizantes, os de graduação, os de mestrado e doutorado e os mestrados acadêmicos.
 - (E) de graduação, os pós-médios, os de pesquisa e os de especialização.
- 41 A Educação em Direitos Humanos na construção dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação, deverá ser considerada de modo
- (A) multicultural.
 - (B) transversal.
 - (C) gerador.
 - (D) disciplinar.
 - (E) pedagógico.
- 42 Sobre a presença da temática da Educação em Direitos Humanos nos currículos da educação superior, é correto afirmar que
- (A) deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.
 - (B) poderá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular optativo nos cursos destinados a esse profissionais.
 - (C) constitui componente curricular disciplinar obrigatório na organização dos currículos de todos os cursos de formação superior que tenham afinidade com as ciências humanas.
 - (D) deverá ser inserida nas grades curriculares dos PPCS obrigatoriamente como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar do curso.
 - (E) deverá estar presente na modalidade de disciplina obrigatória na formação inicial e de pós-graduação de todos (as) os (as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.
- 43 De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento muito importante no conjunto da legislação educacional brasileira, é correto afirmar que
- (A) a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões e terminologias, mas atualmente defende o direito de todos os alunos de estarem juntos na escola.
 - (B) a política garante o direito dos alunos excepcionais à educação, estabelecendo que para integrá-los na comunidade esses alunos devem se enquadrar, dentro do possível, no subsistema geral de educação.
 - (C) essa política está fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determinando formas de atendimentos clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência.
 - (D) a política institucionaliza o tratamento especial para os estudantes com deficiências físicas e mentais, para os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e para os superdotados.
 - (E) a política não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o seu encaminhamento para as classes e escolas especiais.
- 44 A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do(da)
- (A) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC).
 - (B) Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC).
 - (C) Avaliação amostral dos cursos de Graduação.
 - (D) Censo da Educação Superior.
 - (E) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).



- 45 O órgão que efetiva todo o sistema de avaliação de cursos superiores no País é o(a)
- (A) Conselho Nacional de Educação.
 - (B) Conselho Federal de Educação.
 - (C) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
 - (D) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
 - (E) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 46 Sobre o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), é correto afirmar que
- (A) são destinatários exclusivos dos recursos do Fundeb os estados que oferecem atendimento na educação básica, com prioridade para o ensino fundamental, totalizando, portanto, vinte e sete fundos.
 - (B) na distribuição desses recursos são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
 - (C) na distribuição desses recursos são consideradas as matrículas nas escolas públicas e privadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Conselho Nacional de Educação.
 - (D) são consideradas, para efeito de distribuição dos recursos do fundo, as matrículas nas escolas públicas, nas etapas fundamental e médio, apuradas no último censo escolar.
 - (E) os recursos do Fundeb são distribuídos a partir de ato formal de autorização ou de celebração de convênio para esse fim, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal.
- 47 A proposta do SINAES compreende a necessidade de as Instituições de Educação Superior passarem por um ciclo completo de avaliação. Esse ciclo envolve os três pilares do Sistema, quais sejam, a
- (A) avaliação diagnóstica, a formativa e a de desempenho de alunos e professores.
 - (B) avaliação institucional, a avaliação da graduação e a avaliação da pós-graduação.
 - (C) avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação de desempenho dos estudantes.
 - (D) avaliação de cursos, a avaliação pedagógica e metodológica da ação docente e a avaliação da gestão das IES.
 - (E) avaliação de desempenho dos estudantes e professores, o Exame Nacional de Cursos e o índice Geral de Cursos.
- 48 A meta 20 do Plano Nacional de Educação de 2014 refere-se ao financiamento da educação. Sua proposição é ampliar o investimento
- (A) público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.
 - (B) público em Educação pública e privada de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 8% do PIB ao final do decênio.
 - (C) público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 10º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 7% do PIB ao final do decênio.
 - (D) público e privado em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 4º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 8,5% do PIB ao final do decênio.
 - (E) público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 8º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 8% do PIB ao final do decênio.
- 49 Sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, é correto afirmar:
- (A) É facultativo e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu diploma.
 - (B) É obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar.
 - (C) Seu objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos no PPC de seu curso.
 - (D) A periodicidade máxima da avaliação é anual para cada área do conhecimento.
 - (E) Seu objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes para atualização das diretrizes curriculares do seu curso.



- 50 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como uma de suas finalidades
- (A) aproximar a educação superior da educação básica.
 - (B) aumentar a eficácia do sistema nacional de educação.
 - (C) orientar a expansão da oferta escolar dos sistemas de ensino.
 - (D) melhorar a qualidade da educação superior.
 - (E) diagnosticar os avanços das políticas da educação superior.